

16/07/2019 - 05:00

IFI aponta risco de órgãos furarem o teto em 2020

Por Ribamar Oliveira

Em estudo divulgado ontem, a Instituição Fiscal Independente (IFI) diz que é "pouco plausível" que alguns órgãos públicos consigam se ajustar ao teto de gastos em 2020. A situação "especialmente desafiadora", segundo a IFI, é a da Justiça do Trabalho que teria que cortar 40% de sua despesa discricionária para cumprir o teto. A IFI é uma entidade do Senado.

Pelas projeções da IFI, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério Público da União (MPU) e o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) teriam que fazer cortes iguais ou superiores a 10% de suas despesas discricionárias para cumprir o teto no próximo ano. As despesas discricionárias são aquelas que a legislação não obriga que sejam realizadas, como o custeio da máquina e os investimentos.

De acordo com as estimativas que fez para a trajetória dos gastos dos órgãos do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, a IFI concluiu que dez deles devem terminar neste ano acima dos seus limites.

Desse total, as simulações indicam que seis devem ter suas despesas maiores que os tetos definidos para 2020, mesmo com a correção de 3,37% que será feita no valor do teto de gastos válido para o próximo ano.

Se as simulações da IFI se confirmarem, seis órgãos terão que fazer redução nominal de suas despesas em 2020, na comparação com 2019, para que fiquem dentro do teto. Ou seja, os gastos no próximo ano desses órgãos terão que ser menores, em valores nominais, aos realizados neste ano. Os seis órgãos são: Justiça do Trabalho, Justiça Militar, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Supremo Tribunal Federal, Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público.

A dificuldade de cumprir o teto no próximo ano por parte de alguns órgãos públicos decorre do fim da permissão para que o Executivo compense o eventual estouro dos limites pelos demais Poderes.

A autorização para a compensação tinha duração de três exercícios, de acordo com a emenda constitucional 95/2016. Este foi o último ano. A partir de 2020, todos os órgãos públicos deverão ajustar seus orçamentos aos seus respectivos tetos de gastos.

A compensação por parte do Executivo não estava prevista na proposta inicial do governo. Ela foi incluída na emenda constitucional pelos deputados e senadores para acomodar os reajustes salariais concedidos aos servidores antes da criação do teto de gastos. Os reajustes concedidos em 2016 foram parcelados até 2019 e provocaram aumento acima da inflação no gasto total com pessoal.

A IFI calculou que no período de 2016 a 2019 as despesas com pessoal do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público deverão chegar a 25,2%, muito acima da variação do teto de gastos no mesmo período, que foi de 15,3%. A variação da despesa com pessoal, explica a IFI, decorreu também de promoções de servidores dentro das carreiras.



Daniel Couri, da IFI: maioria dos órgãos está "muito apertada" e terá dificuldade para comprimir as despesas

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019, que está em análise na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, autoriza que haja compensações entre os diversos órgãos do mesmo Poder, para efeito de cumprimento do teto de gastos, mas não entre os Poderes. Ou seja, alguns órgãos do Judiciário, por exemplo, podem compensar o estouro do limite da Justiça do Trabalho, mas o Poder Legislativo, por exemplo, não pode compensar o estouro do Judiciário.

A compensação permitida pelo PLDO, no entanto, dificilmente ajudará alguns órgãos a cumprir o teto, pois a maioria deles está "muito apertada", como observou o economista Daniel Couri, analista da IFI, em conversa com o **Valor**.

A projeção da IFI é que o Judiciário, como um todo, vai estourar o seu teto de gasto em 2020, em R\$ 239 milhões. Assim, não haveria margem para que a compensação do excesso da Justiça do Trabalho por órgãos do Poder seja realizada, e o limite para o Judiciário, cumprido. O respeito ao teto, portanto, necessitará de um forte corte de despesas.

Tribuna

ESPLANADA



LEANDRO MAZZINI

CONTA DA PREVIDÊNCIA

Maior despesa do orçamento da União, a Previdência Social consumiu nos últimos quatro anos mais de R\$ 2,4 trilhões e, para 2019, de acordo com o Portal da Transparência, prevê gastos superiores aos R\$ 722 bilhões. A conta da Previdência aumenta ano após ano: R\$ 531 bi, em 2015; R\$ 584 bi, em 2016; R\$ 643 bi, em 2017; R\$ 673 bi, em 2018. Além de aposentadorias e pensões, os recursos bancam benefícios assistenciais pagos pelo Regime Geral de Previdência Social. Em média, os gastos com todo o sistema previdenciário consomem quase metade do Orçamento Federal por ano.

Saldo do ano

Do total de R\$ 722,43 bilhões previstos para este ano, 331,36 bilhões já foram executados no primeiro semestre.

comissão especial que foi instalada em março para acompanhar a tramitação da reforma na Câmara. Estudo da Instituição Fiscal Independente, entregue a ele, aponta que, com

Tribuna

Senado pode aprovar reforma em 60 dias, diz presidente da CCJ

POR GUSTAVO GARCIA E SARA RESENDE, G1 E TV GLOBO — BRASÍLIA

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), afirmou ontem (15) que, na avaliação dela, é "muito otimismo" considerar que a Casa vai aprovar a proposta de reforma da Previdência em 45 dias. Na semana passada, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo prevê a votação, no Senado, da Proposta de Emenda à Consti-

tuição (PEC) que altera as regras previdenciárias até o dia 15 de setembro. Aprovada em primeiro turno pela Câmara na semana passada, a PEC ainda terá que passar por uma nova votação no plenário da Casa antes de ser submetida aos senadores. A previsão é de que os deputados analisem a proposta em segundo turno entre 6 e 8 de agosto.

A primeira etapa de tramitação da PEC da Previdência no Senado será na CCJ, comissão presidida por Simone Tebet. Se os integrantes do colegiado concluírem que a proposta do governo é constitucional, o texto será submetido à apre-

ciação do plenário principal da Casa. Para ser aprovada no Senado, a proposta de reforma previdenciária terá que obter no plenário, pelo menos, 49 votos a favor, em dois turnos de votação. "A PEC principal [da reforma da Previdência], eu acredito que [aprovar] em 45 dias, no Senado, é muito otimismo. Mas, com 60 dias, é um tempo confortável: agosto e setembro", opinou a presidente da CCJ. "Não vejo possibilidade de entregar dia 15 de setembro como estão falando e nem acho que seja o ideal. É importante deixar a oposição respirar. É importante ouvir. Não tem sentido demonstrar para a socieda-



SIMONE TEBET considera 'muito otimismo' aprovar PEC da Previdência em 45 dias no Senado. Para ela, prazo 'confortável' para análise da reforma é de dois meses

de que somos carimbadores ou estamos homologando", completou Tebet.

No Senado, a PEC da Previdência será relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Além do texto principal da PEC enviada pelo governo Jair Bolsonaro, os senadores também vão analisar um segundo texto, que tratará das regras de aposentadoria para servidores estaduais e municipais. Por pressão dos partidos do Centrão, o relator da proposta de refor-

ma da Previdência na Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), retirou estados e municípios do parecer.

Questionada sobre a PEC específica para as aposentadorias de servidores estaduais e municipais — que tem sido chamada de "PEC paralela" — Simone Tebet defendeu a aprovação de uma proposta que facilite aos estados e municípios realizarem suas reformas previdenciárias. Para a presidente da CCJ, replicar na

PEC paralela as regras que poderão ser aprovadas para os servidores federais dificultará a tramitação do segundo texto no Senado e, principalmente, quando for encaminhada posteriormente para a Câmara. "Fazer o dever de casa e se expor em nome de estados e municípios dificultaria a aprovação na Câmara. Porque nós estamos falando em descer nos nossos aeroportos tendo votado, 'a princípio', uma reforma que não é a reforma que os professores estaduais, municipais, policiais civis, policiais militares, servidores públicos querem", opinou a senadora sul-matogrossense. Simone Tebet disse ainda que estados e municípios conhecem as suas realidades e podem fazer boas reformas. "Eles não podem é querer jogar só nas costas do Congresso", enfatizou.

Câmara abre sessão e começa a contar prazo para Previdência



CÂMARA dos Deputados abriu na tarde de ontem uma sessão de debates no plenário para começar a contar o prazo para o segundo turno de votação da reforma da Previdência

POR FERNANDA CALGARO, G1 — BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados abriu na tarde de ontem (15) uma sessão de debates no plenário para começar a contar o prazo para o segundo turno de votação da reforma da Previdência. Os trabalhos se iniciaram por volta das 14h, com 51 deputados, número mínimo necessário para a abertura de uma sessão. A semana deve ser de pouca movimentação na Câmara porque os parlamentares entram em recesso na próxima quinta (18). Outra sessão convocada para as 18h de ontem foi cancelada. Os parlamentares aprova-

ram em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência na sexta-feira (12).

Entre um turno e outro, porém, o Regimento Interno da Câmara estabelece um intervalo (chamado no jargão legislativo de interstício) de cinco sessões no plenário — que podem ser de debates ou votação. O prazo só terminará de ser contado em agosto uma vez que o recesso parlamentar começa na quinta-feira (18) e vai até 31 de julho. O segundo turno de votações da reforma da Previdência está previsto para se iniciar em 6 de agosto. O texto precisa ser votado em dois turnos por se tratar de

uma alteração na Constituição. Para ser aprovado, precisa do aval de ao menos 308 dos 513 deputados.

O primeiro turno foi concluído após quatro dias de sessões. Algumas se arrastaram pela madrugada. Aprovado na noite de quarta-feira (10) por 379 votos a favor e 131 contrários, o texto-base prevê, entre os principais pontos, idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. A análise dos destaques (sugestões para alterar pontos específicos) começou na quarta-feira e só terminou nesta sexta. Os parlamentares aprovaram quatro mudanças pontuais no texto:

flexibilização das exigências para aposentadoria de mulheres; regras mais brandas para integrantes de carreiras policiais; redução de 20 anos para 15 anos do tempo mínimo de contribuição de homens que trabalham na iniciativa privada; regras que beneficiam professores próximos da aposentadoria. Após a conclusão da votação no plenário, a comissão especial onde a reforma tramitou até a semana passada voltou a se reunir para votar a redação do texto para o segundo turno. Ao final de três horas e meia de debates, o texto foi aprovado pelo colegiado por 35 votos a 12, na madrugada de sábado (13)

Tribuna

PAULO ROBERTO SAMPAIO



Esse recesso não é bom,
e o mercado já sentiu

Por mais que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o grande general condutor do processo da Reforma naquela Casa, como o batizou o próprio presidente Jair Bolsonaro, considere o adiamento da votação em segundo turno para após o recesso, algo "previsível e até mais seguro, para evitar surpresas", como diz ele, o fato é que esse adiamento não foi bom, principalmente para o governo.

Maia faz o que lhe cabe. Procura mostrar segurança e tranquilidade, até porque, depois de soltar tantos foguetes quando a festa estava só começando, sabe que algumas flechas estão ainda descendo e podem lhe cair na cabeça. Mesmo havendo um claro sentimento na Câmara e no Senado de que a Reforma é importante para o país e deve passar.

Mas, mesmo aliados mais próximos de Maia e da cúpula do governo, integrantes da tropa de choque da Reforma na Câmara estimam que, passado o recesso, os votos favoráveis às mudanças na aposentadoria no segundo turno

tendem a ficar abaixo dos 379 colhidos de forma, convenhamos, surpreendente na primeira votação, principalmente pela mobilização das bases. E o Nordeste é o terreno mais fértil para essa revolução.

Alguns parlamentares que costumam visitar as bases nesse período podem sentir a pressão e tremer. Isso considerando apenas uma eventual pressão popular ou de grupos organizados. Mas o risco não para aí. E o bolso coçando por mais recursos, emendas e liberação de recursos... Como fica?

Tudo o que o governo segurou no primeiro semestre para os deputados abriu nessa semana que passou. Foi como uma barragem se rompendo, levando com ela R\$ 2,8 bilhões, mas 15 ou 20 dias depois, esse socorro já estará esquecido e a sede por mais e mais recursos tende a voltar. O risco de uma desidratação maior no projeto é tão grande quanto a sede de uma parcela ponderável de parlamentares, e o Planalto sabe disso.

Para os que pensam na Reforma como um dever de todos e

estão aptos a votar de acordo com suas consciências, o tempo entre as votações deve ser favorável para eventuais ajustes no texto por garantir ao governo uns preciosos dias para fazer as mudanças ainda possíveis na proposta, de forma a contemplar todos os brasileiros.

Entre os mais ponderados, mesmo integrantes da oposição, o sentimento é de que a Reforma passa, mas o mercado financeiro não é muito de se contentar com o que os políticos dizem ou prometem. Que o diga o comportamento da Bolsa nos últimos três dias, desde que o menor sinal de adiamento da votação final surgiu no horizonte. A queda já beira os 3 pontos e há quem receie que até o tão aguardado 6 de agosto ela possa voltar aos dois dígitos, ou manter-se pouco acima dos 100 mil pontos.

Conviver com a expectativa de nova vitória governista é o que nos resta neste momento. Líderes e a equipe econômica acham que ela virá sem estresse, com números muito próximos do primeiro turno, mas para os investidores, principalmente do exterior, a quem caberia a grande alavancagem nos índices, uma dose de prudência nunca é demais, portanto os próximos dias devem ser, quando muito, de sobe e desce no mercado. Mais desce do que sobe!

*Paulo Roberto Sampaio é diretor de Redação da Tribuna e escreve neste espaço às terças-feiras.

16/07/2019 - 05:00

Proposta para militares deve começar a ser discutida em agosto

Por **Carla Araújo, Fernando Exman e Marcelo Ribeiro**

Concluída a primeira etapa de tramitação da reforma da Previdência na Câmara, militares e deputados preparam-se para dar início às discussões sobre o projeto de lei que trata do sistema de proteção social e da reformulação das carreiras das Forças Armadas. Nos bastidores, apesar da intenção da cúpula do Congresso Nacional de manter a proposta inalterada, militares reconhecem que os parlamentares podem querer mexer em pontos específicos do texto enviado pelo governo. Destacam, no entanto, que a proposta tem uma espinha dorsal que deve ser preservada.

A comissão especial que analisará o assunto ainda não foi instalada. O colegiado deverá se dedicar ao tema tão logo a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência seja aprovada em segundo turno na Câmara e enviada ao Senado. A expectativa é que isso aconteça a partir de agosto, e ambas as iniciativas estejam em vigor entre setembro e outubro.

"Estamos aguardando a finalização da votação da PEC na Câmara. O que parece é que, tão logo a PEC seja encaminhada para o Senado, [o que] seria a segunda fase, iniciaria o trabalho da nossa comissão especial", afirmou ao **Valor** o general de brigada André Bastos Silva, assessor especial do Ministro da Defesa e um dos responsáveis pelo tema na pasta.

Ele lembrou que o projeto de lei que trata dos militares foi elaborado pela Defesa em conjunto com as Forças Armadas e o Ministério da Economia. "Nós procuramos ir ao Congresso para conversar com lideranças e elucidar dúvidas", disse.

Ainda de acordo com o general André Bastos Silva, o projeto contempla as necessidades dos militares, que por não serem políticos não colocaram os chamados "bodes na sala" para terem margem de negociação.

"Até porque o PL [projeto de lei] é um trabalho que não é decorrência do novo governo, não tem nenhum vínculo com isso. Ele iniciou em 2016, porque [a reestruturação da carreira] já era um pleito muito antigo dos militares", argumentou. "A reestruturação está ligada à retenção e manutenção de talentos."

Em março, o presidente Jair Bolsonaro foi pessoalmente à Câmara dos Deputados entregar a proposta ao presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Estava acompanhado de comandantes das Forças e ministros.

Atendendo aos pedidos dos próprios militares, que temiam a contaminação das discussões pela reforma da Previdência, o projeto de lei foi praticamente deixado de lado até agora. O presidente da Câmara determinou no dia 25 de abril a criação de uma comissão especial para analisar o projeto. A leitura do requerimento de criação do colegiado só foi feita no dia 29 de maio, mas até agora não foi adiante. Ela terá 34 titulares e o mesmo número de suplentes.

Diante da necessidade de reestruturar o sistema previdenciário do país e da iminência de envio da reforma da Previdência, os integrantes das Forças Armadas dizem desde o começo do ano que também entrariam no esforço e aceitavam alterar os mecanismos do seu regime de proteção social. Por outro lado, citando a medida provisória editada no governo Fernando Henrique Cardoso que reduziu os benefícios da categoria, tentaram aproveitar o momento para diminuir a diferença entre os seus salários em relação a outras carreiras de Estado.

O general André Bastos Silva explicou ainda que o objetivo do projeto de lei foi construir uma proposta "pé no chão", que aliasse os interesses dos militares às necessidades da equipe econômica diante das atuais restrições orçamentárias.

"Técnicamente a proposta está bem montada no viés fiscal e legal", afirmou.

Segundo ele, um dos pontos da espinha dorsal da proposta enviada ao Congresso é a reformulação do chamado adicional de habilitação, remuneração mensal obtida por meio de cursos realizados. A iniciativa visa incentivar a meritocracia e reter talentos nas Forças.

O projeto também eleva a ajuda de custo que o militar recebe quando passa para a reserva. "A gente não tem uma série de direitos trabalhistas, como o FGTS", justificou o militar. E cria o adicional de disponibilidade militar. "Esse percentual não existe na estrutura de carreira e foi criado para valorizar duas características. É um reconhecimento pela disponibilidade permanente e dedicação exclusiva", acrescentou.

O relator do projeto será o vice-líder do PRB, deputado Vinicius Carvalho (SP), que tem em seu currículo um curso de pós-graduação ainda incompleto de direito previdenciário. "Devemos começar os trabalhos da comissão especial após a aprovação da reforma da Previdência em segundo turno", disse ele ao **Valor**.



Para governo, reforma da Câmara criará o maior imposto do mundo

Nas contas do Ministério da Economia, que defende outro projeto de reforma tributária, proposta encampada por Rodrigo Maia exigiria fixação de alíquota de pelo menos 30%; na mesa de negociação, há ao todo cinco projetos de

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

16 de julho de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - O Ministério da Economia calcula que a proposta de **reforma tributária** encampada pela **Câmara dos Deputados** exigiria a fixação de uma alíquota de 30% ou até maior para o novo **Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS)** que incidiria sobre o consumo. Nesse patamar, o Brasil passaria a ter o maior **imposto sobre valor agregado (IVA)** do mundo. Por trás do cálculo, há uma disputa entre governo e Congresso no andamento da reforma tributária.

A equipe econômica, que também tem a sua proposta, considera que o texto da Câmara enfraquece a autonomia dos Estados e municípios. Ao insistir na inclusão deles neste momento, corre-se o risco de um novo fracasso na simplificação tributária, como vem ocorrendo há 30 anos.

Patrocinada pelo presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), a proposta de emenda constitucional (PEC) da Câmara foi elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), liderado pelo ex-secretário de Política Econômica **Bernard Appy** e apresentada pelo líder do MDB, deputado **Baleia Rossi** (SP). O projeto foi desenhado no modelo de imposto sobre o valor agregado (IVA) que existe em vários países do mundo. O IBS unificaria num único tributo o **IPI, PIS, Cofins (todos do governo federal), ICMS (Estados) e ISS (municípios)**.

O texto tramitou rapidamente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e já está na comissão especial. É a grande aposta das lideranças da Câmara para o segundo semestre dentro da estratégia de manter o protagonismo da Casa na agenda reformista, depois da aprovação da reforma da Previdência (que ainda precisa ser votada no segundo turno).

Após o sucesso da votação do primeiro turno da Previdência, Maia quer comandar a articulação da reforma tributária, o que tem causado desconforto no governo. Maia disse ao **Estado** no sábado que vai deixar a equipe econômica participar dos debates. “A gente quer que a equipe econômica participe. Essa é uma reforma que tem muito apoio na classe média, na sociedade.”

Além da “PEC Baleia/Appy”, há quatro projetos na briga da reforma tributária. Na semana passada, em contraponto à Câmara, o Senado encampou a proposta do ex-deputado Luiz Carlos Hauly. O secretário da Fazenda, Marcos Cintra, está aguardando o sinal verde do ministro da Economia, Paulo Guedes, para apresentar a proposta do governo, que inclui também a desoneração da folha e a criação de uma contribuição de pagamentos, nos moldes da extinta CPMF. Há também outras duas propostas: a de empresários e a feita por secretários de Fazenda de Estados.

Cálculo

Nas contas de Appy, o IBS teria uma alíquota de 25%, sendo 9% para cobrir os impostos federais. Mas o governo considera que os cálculos da proposta da Câmara estão subestimados, porque implicariam queda de arrecadação. Para a equipe da Receita, essa proposta só teria viabilidade se a parcela dos impostos federais fosse de 14,5%, o que aumentaria a alíquota para mais de 30%.

Ao **Estado**, Appy avaliou que os brasileiros já pagam a alíquota de 25% sobre o consumo e diz desconhecer a calibragem feita pelo governo. “Na verdade, pagam mais. Pagam essa alíquota e toda a ineficiência do sistema tributário”, ressaltou. Entre essas ineficiências, o economista apontou o custo burocrático que as empresas têm para pagar os tributos. “Estamos dando transparência a uma situação que já existe.”

As diferenças de valores da parcela dos tributos federais de 9% para 14,5% ele atribui a possíveis divergências de modelos. O economista reconheceu, no entanto, que os IVAs mais altos do mundo têm alíquota de 25% e 26%. “Precisa ver como calibraram as alíquotas. Isso faz toda a diferença.” O CCIFF vai divulgar em agosto as notas técnicas para cálculo da alíquota, que teve como base o Chile e a África do Sul.

Para Emerson Casali, que assessora as empresas de serviços na discussão da reforma tributária, há uma preocupação de qual alíquota efetivamente incidirá sobre os serviços. “O temor é que a alíquota média fique em 25%.” O setor defende alíquotas diferenciadas. Ele dá como exemplo o serviço de educação, que hoje tem uma tributação de 8,65%.

O imposto único da proposta da Câmara prevê uma alíquota uniforme para todos os bens e serviços basicamente, sem exceções. Hoje, o governo abre mão de R\$ 25 bilhões de renúncia ao ano para isentar as empresas da Zona Franca de Manaus. Para aprovar sua reforma, integrantes do governo já admitiram que pretendem manter algum tipo de benefício para a região.

Procurada, a **Receita Federal** não quis comentar os dados obtidos pelo **Estado**. Além do imposto único só na esfera federal, o governo quer fazer uma desoneração do imposto que as empresas pagam sobre a folha de pagamento. A ideia é reduzir o imposto de 20% para 8,5% no caso das empresas e também cobrar a mesma alíquota sobre os salários dos empregados até o teto do INSS (R\$ 5,8 mil). Já a nova contribuição sobre todos os meios de pagamento teria uma alíquota de 0,6% – e não seria cobrado apenas em transações com cheque, como a CPMF.

Veja as propostas

FOLHA DE S.PAULO

Previdência terá de ser rediscutida daqui a cinco anos, afirma Mourão

Vice-presidente diz que reforma, desidratada na Câmara, será boa, e não ótima, além de não ser a solução para todos os males

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ana Luiza Albuquerque

RIODE JANEIRO O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) afirmou nesta segunda-feira (15) que a discussão em torno da reforma da Previdência será retomada em cinco anos.

Segundo ele, o texto que está sendo encaminhado é bom, mas não ótimo.

“Qual era a primeira coisa para buscar o equilíbrio fiscal? A reforma da Previdência. Felizmente ela está encaminhada. Não da forma que nós, governo, gostaríamos, mas existe um velho aforismo no meio militar que diz que o ótimo é inimigo do bom. Então, vamos ter uma reforma boa, não a ótima. Daqui a cinco, seis anos, nós vamos estar novamente discutindo isso aí”, disse em evento na FGV, no Rio.

Aprovada em primeiro turno na Câmara na semana passada, a proposta de reforma da Previdência previa, em seu texto original, uma economia de cerca de R\$ 1,2 trilhão para os cofres públicos em dez anos.

O projeto, no entanto, foi desidratado durante sua tramitação, desde a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) até a votação dos destaques em plenário, e a economia estimada recuou para R\$ 900 bilhões, nas contas do governo —menos de R\$ 850 bilhões nos cálculos do especialista em Previdência Paulo Tafner.

Pontos como a capitalização —em que cada trabalhador faz a própria poupança para a aposentadoria—, um dos principais defendidos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes— e a possibilidade de criação de um gatilho para aumentar a idade mínima de aposentadoria em caso de elevação da expectativa de sobrevida da população foram retirados do texto.

As declarações de Mourão convergem com a opinião de alguns economistas, para os quais o texto atual da reforma pode evitar uma explosão maior da dívida pública, mas não será capaz de colocá-la numa trajetória de queda.

O vice-presidente afirmou ainda que a reforma não é a



solução para todos os males, mas que pode garantir estabilidade. O vice-presidente também defendeu privatizações, reforma tributária e a intensificação da abertura comercial.

A imprensa (com exceção da EBC) ficou de fora do painel do Mourão. No mesmo dia ele também participou de uma coletiva apenas com jornalistas internacionais.

O secretário de Produtividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, também disse, citando a fala de Mourão, que em alguns anos o país precisará voltar a discutir a capitalização da Previdência.

“É isso que vai garantir o equilíbrio permanente.”

Reforma ficará 60 dias no Senado, diz presidente da CCJ

Daniel Carvalho

BRASÍLIA A senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), primeiro local de tramitação da reforma da Previdência no Senado, disse nesta segunda (15) que o colegiado precisará de até um mês para votar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Para ela, toda a tramitação no Senado deve consumir 60 dias.

O calendário frustra aquele que era previsto pelo Planal-

to, que esperava resolver tudo em 45 dias, prazo que Tebet considerou muito otimista.

“A PEC principal, acredito que 45 dias no Senado é muito otimismo. Mas 60 dias é um tempo confortável”, afirmou. A Câmara dos Deputados ainda precisa votar o texto em segundo turno, o que deve acontecer no dia 6 de agosto.

“Ela [a PEC] vai chegar à CCJ em 7 de agosto, se der tudo certo. Obviamente vai ter requerimento de audiência pública. Não tenho como entregar a reforma em menos de três semanas. Quanto mais se debater na CCJ, mais rápido se aprova em plenário.”

Esses prazos, no entanto, ainda serão negociados.

Outra questão que está sendo negociada é a inclusão de estados e municípios em uma PEC paralela. A ideia que tem sido discutida pelo relator da reforma no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), é fazer alterações apenas nesta outra PEC para não ter de devolver à Câmara a principal, caso haja modificações na segunda Casa.

Tebet, no entanto, afirma entender que a PEC paralela não deve incluir estados e municípios, apenas criar a possibilidade de que prefeitos e governadores conduzam suas próprias reformas previdenciárias.

A PEC paralela só deve começar a ser discutida na CCJ depois que a principal for para plenário. Ao contrário da Câmara, no Senado não há comissão especial.

O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) durante evento no Rio

Mauro Pimentel/AFIP

Veículo: Política Livre	
Data: 15/07/2019	Caderno: Brasil

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Doria e Maia otimistas sobre Estados e Municípios serem incluídos na reforma

Foto: Reprodução



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o o governador de São Paulo, João Doria (PSDB)

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), recebeu esta tarde, no Palácio dos Bandeirantes, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). Os dois conversaram por quase uma hora e falaram sobre a possibilidade concreta de Estados e Municípios serem reincluídos na reforma da Previdência, durante a discussão da proposta no Senado. Nesse caso, a ideia é destacar esse ponto dentro de outra Proposta de Emenda Constitucional, que será discutida de forma paralela à tramitação da reforma, permitindo que uma não atrase a tramitação da outra. Assim, se passar pelo Senado, a PEC paralela seguirá para a apreciação da Câmara. Os dois políticos não esconderam o otimismo que o resultado dessa mobilização será positivo, abrindo a possibilidade de Estados e Municípios reequilibrarem suas contas. Ao BR18, blog de política do Estadão, Maia confirmou que a conversa foi boa.

BOLETIM FOCUS**Mercado reduz
estimativa de
crescimento
para 0,81%****ANDREIA VERDÉLIO**

Agência Brasil, Brasília

A estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia este ano continua em queda. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central (BC) com instituições financeiras, a projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no País – desta vez foi reduzida de 0,82% para 0,81%. Esta foi a 20ª redução consecutiva.

Para 2020, a expectativa é que a economia tenha crescimento maior, de 2,10%, na semana passada, a estimativa era de 2,20%. A previsão para 2021 e 2022 permanece em 2,50%.

Inflação

A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu de 3,80% para 3,82% este ano. A meta de inflação de 2019, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

A projeção do mercado financeiro para a inflação em 2020 é 3,90%. A meta para o próximo ano é 4%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, o centro da meta de inflação é 3,75% e para 2022, 3,5%, também com intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 16/07/2019	Página: A12

FOLHA DE S.PAULO

Índice de atividade econômica calculado pelo BC tem em maio a primeira alta do ano

SÃO PAULO Após quatro quedas consecutivas, a atividade econômica brasileira, pela primeira vez no ano, apresentou alta em maio, segundo os dados do IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) divulgados nesta segunda-feira (15).

Na relação entre os meses de maio e abril, o indicador apresentou avanço de 0,54%. Já na comparação entre os meses de maio deste ano e o de 2018, a alta chegou a 4,40% —turbina pela baixa base de comparação do ano anterior, quando a atividade caiu devido à paralisação dos caminhoneiros.

Os números de maio vieram alinhados com a projeção feita pela agência Bloomberg com economistas.

Na semana passada, o IBGE divulgou dados do setor de comércio e serviços do mês de maio. De acordo com o instituto, ambos os segmentos fi-

caram próximos à estabilidade no período.

No caso dos serviços, o desempenho refletiu os efeitos da crise econômica sobre o segmento de transportes, o único a registrar queda no mês.

No comércio, a pressão negativa veio de outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,4%) e combustíveis e lubrificantes (-0,8%).

Dólar sobe após 4 pregões de queda e fecha a R\$ 3,76

SÃO PAULO O dólar quebrou uma sequência de quatro quedas e fechou em alta em relação ao real nesta segunda-feira (15), num movimento em grande parte alinhado aos ganhos da moeda no exterior. A Bolsa brasileira recuou.

O dólar subiu a 0,48%, para R\$ 3,7570. O Ibovespa, principal índice acionário do país, teve ligeira baixa de 0,09%, para 103,802 pontos.

O mercado brasileiro, que vinha se pautando pela reforma da Previdência, perde parte do ímpeto com o adiamento da votação do segundo turno na Câmara para agosto. Investidores entram em recesso do noticiário local e passam a olhar para o exterior.

Por lá, os mercados acompanham o início da temporada de divulgação de resultados das empresas americanas e a possível redução da taxa de juros dos EUA pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano), além de dados econômicos da economia global.

A China divulgou que o PIB do país desacelerou para o menor patamar em quase 20 anos. O crescimento foi de 6,2% no segundo trimestre, ante 6,4% no primeiro.

**MERCADO
REDUZ
PROJEÇÃO
PARA O PIB
PELA 20ª
SEMANA
SEGUIDA**

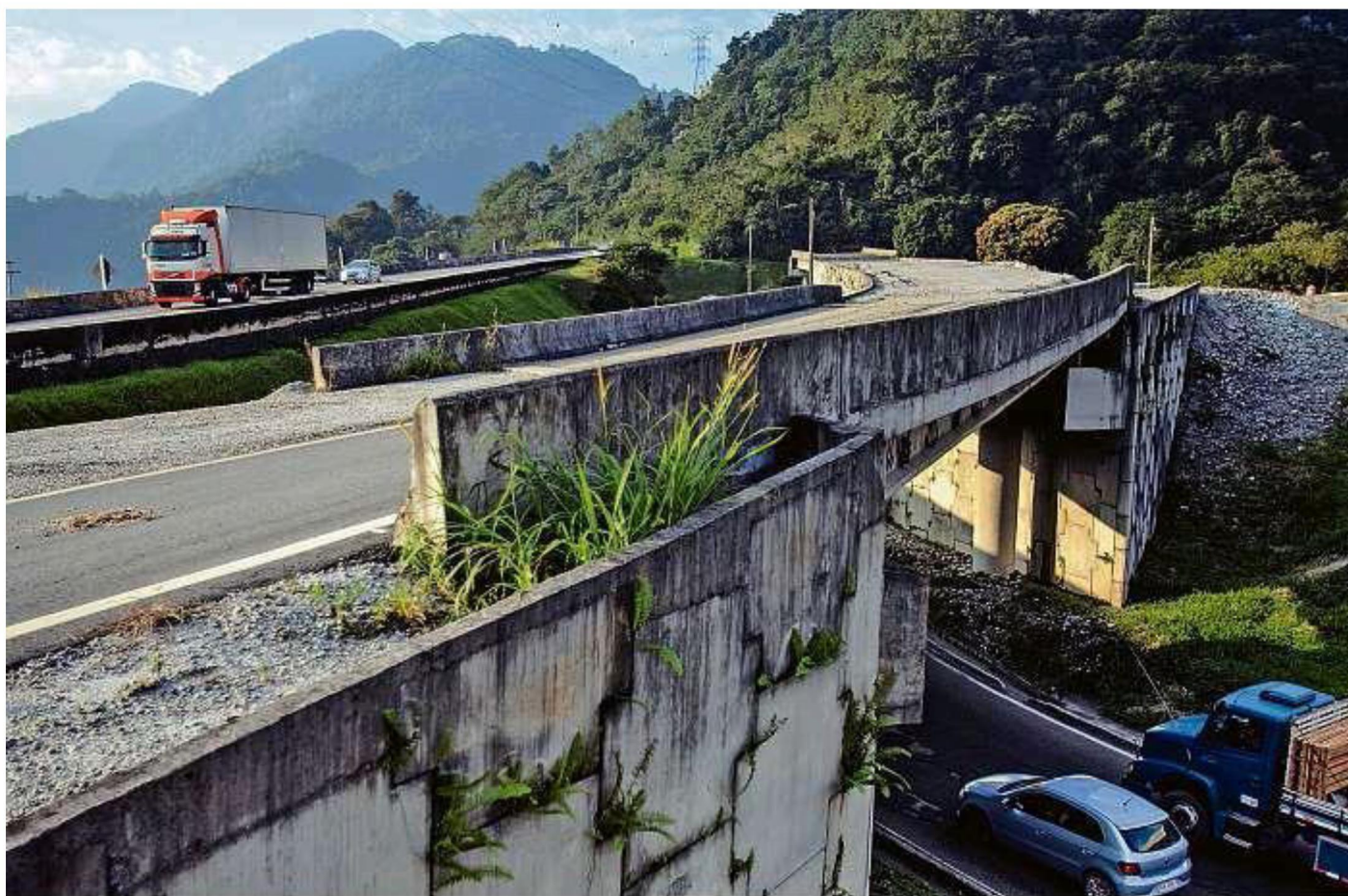
Estimativa de crescimento em 2019 recua de 0,82% para 0,81%; para 2020, o índice também foi reduzido, de 2,20% para 2,10%

Veículo: O Globo	Online
Data: 16/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governo quer atrair R\$ 208 bi em investimentos privados

Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos estão no pacote de concessões



Novo leilão. Viaduto inacabado na BR-040, em Petrópolis: rodovia será relicitada com previsão de conclusão da Nova Subida da Serra. Governo quer mais investimentos privados em infraestrutura

O Ministério da Infraestrutura prevê que leilões de privatizações e novas concessões para aeroportos, portos, ferrovias e rodovias atrairão R\$ 208 bilhões em investimentos ao longo dos contratos. Algumas das rodovias já são exploradas pela iniciativa privada, como a Via Dutra e a BR-040, cujas concessões vencem em 2021. No caso dos aeroportos, entram, até 2022, todos os que ainda estão sob gestão da Infraero, incluindo Congonhas e Santos Dumont, os mais rentáveis.

O Ministério da Infraestrutura prevê repassar à iniciativa privada, até 2022, projetos de logística que somam R\$ 208 bilhões em investimentos a o longo dos contratos, a maior parte em rodovias. Serão leiloados também aeroportos, ferrovias e portos. O governo e especialistas avaliam que a reforma da Previdência, aprovada em primeiro turno na Câmara na semana passada, ajuda a atrair investidores.

—Podemos esperar presença forte de investidor estrangeiro nesses projetos. O resultado da Câmara foi muito importante. Havia o risco de insolvência do setor público, o investidor enxergava isso. Esse risco tem sido mitigado por meio da questão previdenciária — disse ontem o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e num balanço do primeiro semestre.

Coma deterioração das contas públicas, o governo vê nos leilões a principal forma de retomar investimentos em infraestrutura. Nos primeiros seis meses do ano, foram 23 concessões leiloadas, incluindo 12 aeroportos e a ferrovia Norte-Sul (TO-SP).

— Temos uma compressão do Orçamento. É insuficiente. Por isso, nossa aposta é a transferência para a iniciativa privada. A presença maciça do setor privado vai fazer a diferença — afirmou Freitas.

O economista Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B, concorda que o momento é oportuno para as concessões:

—Os investidores estrangeiros estão desesperados por retorno. No mundo, há US \$12,5 trilhões com retorno financeiro negativo. Com a reforma aprovada por completo, o que deve ocorrer somente entre setembro e outubro, há menor chance de insolvência do governo. Isso ajuda a atrair os investidores. Mas é preciso ainda um ambiente de menor custo e segurança jurídica.

Neste ano, o governo leva a leilão, por exemplo, 437 quilômetros da BR-364/365, entre Jataí (GO) e Uberlândia (MG). Trata-se de um importante corredor de escoamento da produção agroindustrial de Goiás e Minas. Será o primeiro certame de rodovia da gestão Bolsonaro, no dia 18 de setembro. Segundo Freitas, cinco grupos já estão interessados.

Até 2022, o ministério planeja leiloar 16 mil quilômetros de estradas federais, com investimento previstos de R\$ 140 bilhões. Nessa conta estão novos concessionários para Via Dutra, que liga Rio e São Paulo, e para a BR-040 entre Rio e Juiz de Fora (MG), cujas concessões vencem em 2021.

— A construção da Nova Subida da Serra de Petrópolis entrará como investimento obrigatório da BR-040, e a Nova Subida da Serra das Araras será obrigatório na Via Dutra —disse o ministro.

Para a Dutra, cujo leilão deve ser realizado no segundo semestre de 2020, o governo deve implementar tarifa dinâmica de pedágio, em que o valor varia de acordo com os quilômetros rodados, conforme antecipou O GLOBO.

R\$ 10 BI EM AEROPORTOS

O governo quer privatizar, até 2022, todos os principais aeroportos ainda sob gestão da Infraero. Isso inclui Santos Dumont (RJ) e Congonhas (SP), os mais rentáveis. O plano é deixar a estatal apenas com pequenos aeroportos regionais. A previsão é que esses leilões fomentem R\$ 10,27 bilhões em investimentos.

Serão 22 aeroportos leiloados em 2020, incluindo Curitiba, Manaus e Goiânia. Congonhas e Santos Dumont devem ficar na última rodada.

Para ferrovias, os investimentos somam R\$ 54,56 bilhões. Leilões desse modal são considerados mais complexos porque envolvem altos investimentos num mesmo ativo e há poucas empresas nesse setor. As concessões podem chegara 35 anos. O ministro diz, porém, que a participação das ferrovias na matriz de transportes do país deve aumentar dos atuais 15% para 30% até 2025 com concessões. Na conta está o leilão do trecho entre Porto Nacional (TO) e Estrela D' Oeste(SP) da Norte Sul, vencido pela Rumo, no primeiro semestre.

Freitas citou ainda projetos em estudo, como Ferro grão (MT- PA), Fiol (BA), Fico(MT GO) e a ferrovia Rio-Vitória— as duas últimas em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU) —e as prorrogações da malha paulista e das estradas de ferro Carajás, Vitória Minas e Centro-Atlântica.

O governo também vai arrendar nove terminais e fazer duas concessões portuárias. Nessa área, o investimento previsto é de R\$ 3,9 bilhões.

Maurici o Lima, especialista da Ilos Logística, vê o anúncio das concessões após o avanço da reforma da Previdência como um esforço do governo para estimular a economia:

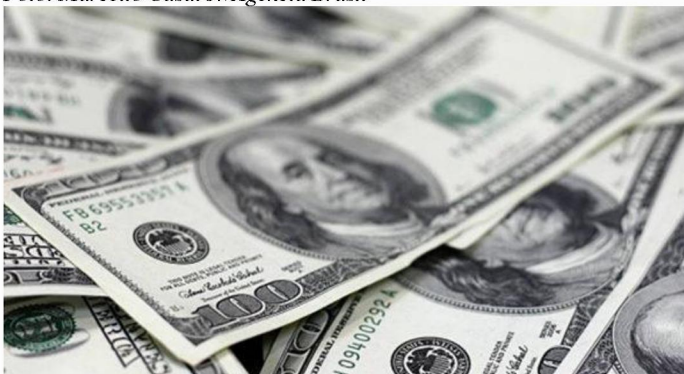
— Tira uma das incertezas do país e ajuda a atrair capital. Mas é preciso entender que modelos serão adotados.

Veículo: Política Livre	
Data: 16/07/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Depois de cinco quedas seguidas, dólar volta a fechar em alta

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



O dólar voltou a subir nesta segunda-feira, 15, fechando em alta de 0,48%, a R\$ 3,7563

Sem a influência da reforma da Previdência, como na semana passada, quando o texto-base foi votado em primeiro turno na Câmara, o mercado financeiro no País sofreu os efeitos do movimento do cenário internacional nesta segunda-feira, 15. O dólar voltou a subir nesta segunda-feira, 15, após cair nos últimos cinco pregões, fechando em alta de 0,48%, a R\$ 3,7563. Operadores destacam que o movimento foi um ajuste, sobretudo após o real ser a moeda que mais se valorizou no mercado internacional na semana passada, considerando uma cesta de 35 divisas. Nesta segunda-feira, com a agenda doméstica fraca, o mercado local acompanhou o fortalecimento do dólar no exterior, ante moedas de países desenvolvidos e alguns emergentes. No mercado de ações, a Bolsa fechou em queda de 0,10%, aos 103.802,69 pontos. O volume financeiro foi baixo em relação à média, de R\$ 13,2 bilhões. “Na falta de notícias internas, o mercado acompanhou o exterior”, afirma o gerente de tesouraria do Travelex Bank, Felipe Pellegrini. Apesar da alta, ele ressalta que a tendência do dólar ainda é de queda e a moeda pode cair abaixo de R\$ 3,70 se houver noticiário positivo, sobretudo sobre a Previdência, como a reinclusão de Estados e municípios no texto. Sem um condutor no plano doméstico, o Ibovespa iniciou a segunda quinzena do mês à deriva. Nesse cenário, houve espaço para os investidores realizarem ganhos e também para mais compras, o que levou o índice à vista, pontualmente, para o nível dos 104,5 mil pontos na máxima do dia. Mas, na maior parte do pregão, o indicador se conteve ao redor da estabilidade. Para Marco Tulli Siqueira, gestor de renda variável da Coinvalores, com o recesso dos parlamentares, que oficialmente tem início dia 18, as oscilações do mercado acionário doméstico vão estar mais ligadas ao movimento dos índices das bolsas no exterior, principalmente em Nova York. Álvaro Bandeira, economista-chefe do banco digital Modalmais, também diz acreditar que o recesso parlamentar pode trazer menor volatilidade aos mercados. “Mas é certo que as pressões sobre a reforma da Previdência vão continuar”, afirmou em relatório. As ações ordinárias da Vale se destacaram em alta na sessão, encerrando com ganhos de 1,70%. Também no terreno positivo, as Units do Santander subiram 0,50%. Já Banco do Brasil ON, Itaú Unibanco PN e Bradesco PN tiveram queda de 0,60%, 0,27% e 0,42%, respectivamente.

Estadão Conteúdo

Tribuna

Atividade econômica volta a subir

Após quatro quedas consecutivas, o nível de atividade da economia brasileira registrou uma leve alta em maio, na comparação com o mês de abril, de acordo com os números divulgados pelo Banco Central (BC) ontem. É o que mostra reportagem de Laís Lis, G1 — Brasília.

Segundo a instituição, o chamado Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou uma alta de 0,54% neste período. O número foi calculado com "ajuste sazonal", uma "compensação" para comparar períodos diferentes de um ano.

O IBC-Br, do Banco Central, é um indicador criado para tentar antecipar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com maio de 2018, houve uma alta de 3,06% na atividade econômica. Na parcial do ano, foi registrada uma alta de 0,94% e, em 12 meses até maio, um crescimento de 1,31%. Esses valores foram calculados sem ajuste sazonal, pois conside-

ram períodos iguais.

NOVAS PREVISÕES

Na semana passada, o Ministério da Economia reduziu sua previsão de crescimento para o ano de 1,6% para 0,81%. Para 2020 a previsão de crescimento do PIB caiu de 2,5% para 2,2%.

PIB X IBC-BR

O IBC-Br foi criado para tentar antecipar o resultado do PIB, que é divulgado pelo IBGE. Os resultados do IBC-Br, porém, nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais do PIB.

Tribuna

Concessões de infraestrutura rendem R\$ 5,7 bilhões à União

SIMONE KAFRUNI
CORREIO BRAZILIENSE

Concessões de 12 aeroportos, 10 áreas portuárias e trecho da Ferrovia Norte-Sul, além de outras entregas do Ministério da Infraestrutura (MInfra), renderam R\$ 5,7 bilhões aos cofres públicos este ano. Apesar de significativo, o montante ainda está bem distante do prometido pelo governo em privatizações e concessões, de US\$ 20 bilhões.

Conforme o ministro Tarcísio Gomes de Freitas, para o ano que vem, as outorgas vão garantir mais R\$ 10 bilhões ao Tesouro Nacional. Nesta segunda-feira (14/7), ele apresentou um balanço das ações do MInfra em 180 dias e elencou os novos projetos: mais de 40 concessões de aeroportos; dois leilões de terminais portuários em Santos e um em Paranaguá; qualificação de 16 mil quilômetros de rodovias; e as prorrogações ferroviárias.

“Nós temos o maior programa de concessões de ativos de infraestrutura do mundo. Existe interesse claro dos investidores estrangeiros pelo país, porque os juros estão baixos em termos globais e o retorno dos nossos projetos é

atrativo”, disse. Segundo o ministro, o sucesso das rodadas de concessão mostram que o MInfra está no caminho certo. “Será o maior surto de investimento em infraestrutura, de R\$ 208 bilhões ao longo dos anos de concessão.”

“Temos um plano muito bem definido e distribuído ao longo de quatro anos, sabemos o que vamos oferecer em 2022. Mas vamos focar em obras prioritárias, porque não vamos abrir novas frentes sem terminar o que está no caminho”, ressaltou. Freitas destacou o êxito do primeiro semestre. Em 31 de julho, o governo assina o contrato da Ferrovia Norte-Sul, que começa a operar imediatamente na direção Norte, até o Porto Itaquí.

Na direção Sul, serão necessários investimentos de R\$ 3 bilhões para acabar a obra e, em 1 ano e meio, começará a operar rumo ao Porto de Santos. “A ferrovia não vai atender só grãos ou commodities, vai ser carga geral e frigorificada”, afirmou o ministro. Com os projetos ferroviários, o governo espera aumentar a participação do modal, hoje em 15% da matriz de transporte brasileiro, para 30% até 2025.

Tribuna

Depois de cinco quedas seguidas, dólar volta a fechar em alta



O ESTADO DE S.PAULO

Sem a influência da reforma da Previdência, como na semana passada, quando o texto-base foi votado em primeiro turno na Câmara, o mercado financeiro no País sofreu os efeitos do movimento do cenário internacional nesta segunda-feira, 15.

O dólar voltou a subir nesta segunda-feira, 15, após cair nos últimos cinco pregões, fechando em alta de 0,48%, a R\$ 3,7563. Operadores destacam que o movimento foi um ajuste, sobretudo após o real ser a moeda que mais se valorizou no mercado internacional na semana passada, considerando uma cesta de 35 divisas. Nesta segunda-

feira, com a agenda doméstica fraca, o mercado local acompanhou o fortalecimento do dólar no exterior, ante moedas de países desenvolvidos e alguns emergentes.

No mercado de ações, a Bolsa fechou em queda de 0,10%, aos 103.802,69 pontos. O volume financeiro foi baixo em relação à média, de R\$ 13,2 bilhões.

"Na falta de notícias internas, o mercado acompanhou o exterior", afirma o gerente de tesouraria do Travelex Bank, Felipe Pellegrini. Apesar da alta, ele ressalta que a tendência do dólar ainda é de queda e a moeda pode cair abaixo de R\$ 3,70 se houver noticiário positivo, sobretudo sobre a Previdência, como a reinclusão de

Estados e municípios no texto.

Sem um condutor no plano doméstico, o Ibovespa iniciou a segunda quinzena do mês à deriva. Nesse cenário, houve espaço para os investidores realizarem ganhos e também para mais compras, o que levou o índice à vista, pontualmente, para o nível dos 104,5 mil pontos na máxima do dia. Mas, na maior parte do pregão, o indicador se conteve ao redor da estabilidade.

Para Marco Tulli Siqueira, gestor de renda variável da Coinvalores, com o receso dos parlamentares, que oficialmente tem início dia 18, as oscilações do mercado acionário doméstico vão

estar mais ligadas ao movimento dos índices das bolsas no exterior, principalmente em Nova York.

Alvaro Bandeira, economista-chefe do banco digital Modalmais, também diz acreditar que o receso parlamentar pode trazer menor volatilidade aos mercados. "Mas é certo que as pressões sobre a reforma da Previdência vão continuar", afirmou em relatório.

As ações ordinárias da Vale se destacaram em alta na sessão, encerrando com ganhos de 1,70%. Também no terreno positivo, as Units do Santander subiram 0,50%. Já Banco do Brasil ON, Itaú Unibanco PN e Bradesco PN tiveram queda de 0,60%, 0,27% e 0,42%, respectivamente.